

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 04/11/2025 (terça-feira)

Página 1 de 5

Reunião (assunto): 34ª Reunião da Câmara Setorial da Academia do CGen

Responsável: Manuela da Silva (Coordenadora da Câmara Setorial da Academia)

Horário: 09h às 17h

Local: Reunião híbrida. Presencial: Sala de Situação, no andar Térreo do Ed. Sede do Ministério do Meio Ambiente, na Esplanada dos Ministérios em Brasília-DF. Virtual: Microsoft Teams.

Participantes:

1. Cristiane Gomes Julião (Julião Pankararu) (CNPI), presencialmente;
2. Fábio Silva Macedo (Embrapa/MAPA), presencialmente;
3. Isaque Medeiros Siqueira (IBAMA), presencialmente;
4. Larissa Marques Santos (CNPEM), presencialmente;
5. Manuela da Silva (Fiocruz/SBPC), presencialmente;
6. Maira Smith (DPG/MMA), presencialmente;
7. Mario Tyago Murakami (CNPEM), presencialmente;
8. Nurit Bensusan (ABC), presencialmente;
9. Vera L. R. Gouveia (CNPEM), presencialmente;
10. Bruno Cesar Prosdocimi Nunes (MCTI), virtualmente;
11. Carlyne Caetano (GSS), presencialmente;
12. Chirlei Glienke (Departamento de Genética – UFPR), virtualmente;
13. Cleyd Andrade (Marinello Advogados), virtualmente
14. Chris Hoffmann (Departamento de Alimentos e Nutrição Experimental – USP), virtualmente;
15. Camila Mazzone (Leibniz Institute for Zoo and Wildlife Research/Alemanha), virtualmente.
16. Danilo Ribeiro de Oliveira (ABC/UFRJ), virtualmente;
17. Elis Regina Ribas (Unibio/UFPR), virtualmente;
18. Elton Edilon Vieira da Silva, virtualmente;
19. Laila Salmen Espindola (SBPC, Departamento de Farmácia – UnB), virtualmente;
20. Marina Elisa Singarete (Ministério da Saúde), virtualmente;
21. Mateus Thomazini (PUCPR), virtualmente;
22. Mateus Godoy (instituição não identificada), virtualmente.
23. Sonia Magalhaes (ABA), virtualmente;
24. Rodrigo Britto Vianna de Albergaria (DPG/MMA), virtualmente.

Membros ausentes: Eduardo Di Deus (ABA), Luciane Marinoni (ABC), Priscila Oliveira Rosa (ABC)

PAUTA PROPOSTA

1. Apresentação sobre DSI (Mario Murakami – CNPEM)
2. Discussão sobre opções de repartição de benefícios não monetária com a Coordenação da CS dos Guardiões em especial, sobre uso de DSI

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 04/11/2025 (terça-feira)

Página 2 de 5

3. Atualização sobre o módulo internacional do SisGen e a Aliança das Instituições Públicas Nacionais de Pesquisa Científica e Tecnológica pela Biodiversidade (APBio)
4. Atualização sobre o GT SisGen Academia
5. Atualização sobre o GT Capacitação
6. Outros assuntos

PONTOS DISCUTIDOS

1. Apresentação sobre DSI (Mario Murakami – CNPEM)

A coordenadora abriu a reunião apresentando a pauta e passou a palavra o Mario Murakami para a apresentação sobre DSI. Mario Murakami contextualizou o CNPEM e o papel do laboratório como infraestrutura científica aberta, trazendo exemplos de geração e uso de DSI na pesquisa e inovação e ressaltou a importância do acesso a dados abertos para acelerar a ciência e reduzir a replicação de esforços. Também apontou desafios de governança e defendeu que modelos bilaterais apresentam limitações frente à complexidade atual dos datasets e da funcionalidade de sequências, indicando a necessidade de mecanismos mais robustos para a repartição de benefícios em DSI.

Na rodada de comentários, a coordenação e participantes destacaram: (i) que a discussão de DSI já foi longa no âmbito da CDB e voltou a aparecer em fóruns como o Tratado Pandêmico; (ii) que a legislação brasileira (Lei 13.123/2015) ainda está estruturada em lógica bilateral, demandando alinhamento futuro com a abordagem multilateral; e (iii) que a operacionalização no SisGen (por exemplo, exigência de listar códigos/sequências) é percebida como impraticável em muitos casos, reforçando a necessidade de ajustes e evolução do sistema. Também foi discutida a necessidade de ‘matchmaking’, entendida como mecanismo para conectar produção científica e aplicação (por exemplo, aproximando pesquisa básica de potenciais usuários/aplicadores), e reforçou-se que ‘capacity building’ deve ser compreendido em sentido amplo — não apenas como treinamentos, mas como criação de condições e capacidades instaladas para pesquisa, incluindo acesso equitativo e estratégias de descentralização de infraestrutura. Ao longo do debate, foram trazidos pontos recorrentes: desigualdades de governança e participação dos guardiões da biodiversidade (inclusive na gestão de fundos internacionais e mecanismos multilaterais), necessidade de salvaguardas para que dados abertos também resultem em benefícios repartidos de forma equitativa, e urgência de mecanismos e políticas mais amplas (“guarda-chuva”) para acompanhar o ritmo de mudanças tecnológicas.

2. **Discussão sobre opções de repartição de benefícios não monetária com a Coordenação da CS dos Guardiões em especial, sobre uso de DSI**

A coordenadora introduziu a discussão com a participação de Cristiane Julião (povo Pankararu), coordenadora da Câmara Setorial dos Guardiões. Em continuidade ao discutido no item 1 da pauta foi enfatizado que o objetivo da repartição (monetária e não monetária) deve atender necessidades autodeterminadas de povos indígenas e comunidades locais, apoiar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e fortalecer capacidades instaladas em países em desenvolvimento.

Foram discutidas propostas concretas e caminhos possíveis de repartição não monetária, incluindo: (i) pesquisa intercultural nos territórios com protagonismo e coautoria, (ii) construção coletiva de uma agenda de pesquisa intercultural de longo prazo com os Guardiões (como política, não apenas projeto

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 04/11/2025 (terça-feira)

Página 3 de 5

pontual), (iii) modelos que favoreçam reconhecimento de pesquisadores do território e enfrentem limitações de bolsas e critérios formais, e (iv) necessidade de exemplos/casos para orientar pesquisadores sobre “como fazer” a repartição não monetária em pesquisas que resultam principalmente em dados/informações (DSI).

Também foi discutida a importância de capacitar o meio científico para uma ética intercultural e para a compreensão de CTA, com relatos de desconhecimento e “fake news” regulatórias no ambiente acadêmico, reforçando que a qualificação e orientação contínua reduzem erros de cadastro e evitam afastamento de pesquisas com CTA. A coordenação da CSA indicou intenção de registrar os pontos para retomada futura e sugeriu tornar o tema permanente na pauta. No diálogo, a coordenadora da CS dos Guardiões trouxe ainda críticas a iniciativas e projetos formulados “para” os Guardiões sem construção “com” os Guardiões, e destacou a necessidade de reconhecer as ciências ancestrais como complementares e em pé de igualdade com a ciência ocidental, além de apontar limitações práticas e assimetrias estruturais em processos de participação, consulta e licenciamento.

3. Atualização sobre o módulo internacional do SisGen e a Aliança das Instituições Públicas Nacionais de Pesquisa Científica e Tecnológica pela Biodiversidade (APBio)

A coordenadora abriu a parte da tarde informando que seriam feitas atualizações e passou a palavra para a representante do MMA. Foram mencionados trâmites relacionados ao decreto instituindo a APBio, que está prestes a sair. Maira apresentou o andamento administrativo da Aliança. Em seguida, foram apresentadas as instituições que já possuem ACT com o MMA cujo objeto as qualifica como partícipes da Aliança e perspectivas de ampliação com instituições em fase avançada e contatos com novas instituições interessadas. Na sequência, foi feita a atualização quanto ao módulo internacional, descrevendo que o sistema passaria a operar com suporte em português e inglês, com formulários diferenciados para usuários e instituições não brasileiras, e com fluxo de estabelecimento simplificado de associação administrativa com instituição da APBio, por meio do aceite de Termo de Adesão previamente elaborado dentro do SisGen ou com outras instituições nacionais, desde que apresentem acordo assinado entre as partes. Estabelecida a associação administrativa com instituição brasileira, as pessoas habilitadas pela instituição estrangeira terão acesso a um formulário que foi apelidado de “pré-cadastro” pela CSA, que é um “espelho” do cadastro de acesso (ficou acordado que a expressão “pré-cadastro” seria apenas um apelido, não uma figura jurídica). Foi destacado que o cadastro só se torna efetivo após a validação pela instituição nacional parceira, e que há previsões de testes e evolução do desenvolvimento no novo ambiente do sistema. Durante a discussão, foram trazidas reflexões sobre cenários de parcerias em que pesquisadores brasileiros acabam restritos a funções operacionais (como coleta e preparo de amostras), enquanto a elaboração intelectual, análise e condução científica permanecem no exterior. Nesse contexto, destacou-se que a simples inclusão de nomes de pesquisadores brasileiros em publicações não caracterizaria, por si só, benefício não monetário efetivo, especialmente quando não há participação intelectual reconhecida, vinculando o tema ao debate de “colonialismo científico” e assimetrias de colaboração. Em seguida, foram debatidos fatores institucionais que podem incentivar esse tipo de arranjo, como pressões por internacionalização e valorização de publicações, além de riscos de naturalização dessas práticas. Ao mesmo tempo,

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 04/11/2025 (terça-feira)

Página 4 de 5

ressaltou-se que exigências e procedimentos regulatórios podem funcionar como salvaguardas para reduzir essas práticas predatórias. Também se discutiu a diferença entre “envio” e “remessa” e como o uso inadequado de “envio” para facilitar trâmites pode fragilizar os efeitos de responsabilização que o processo de remessa garante. A discussão reforçou a necessidade de clareza e integridade no enquadramento do tipo de transferência de amostra de patrimônio genético, por seu impacto na proteção, na rastreabilidade e na repartição de benefícios. Durante o debate, foi levantada a preocupação sobre responsabilização da instituição nacional na associação com a instituição internacional, sendo explicado pela representante do MMA que a validação nacional teria caráter administrativo e que a responsabilização pelas informações prestadas seria vinculada a quem as inseriu, ou seja, a instituição estrangeira, com possibilidade de rastreabilidade no sistema. Durante a discussão sobre o módulo internacional do SisGen, a coordenação esclareceu que há três cenários distintos envolvendo instituições/pesquisadores estrangeiros: (i) quando a instituição estrangeira pretende realizar o registro “por conta própria”, utiliza-se a associação administrativa com uma instituição nacional para viabilizar o preenchimento do cadastro e sua validação administrativa; (ii) quando há colaboração científica regular com pesquisadores brasileiros, o fluxo segue o modelo já existente, em que a instituição brasileira realiza o cadastro e inclui os membros da instituição estrangeira na equipe, sem necessidade de associação administrativa; e (iii) foi apontada como situação problemática o caso em que a instituição brasileira abre o cadastro apenas para “viabilizar” o registro da estrangeira, sem participação efetiva na pesquisa, cenário associado ao debate sobre colonialismo científico. Também foram reconhecidas limitações práticas de alcance punitivo sobre instituições no exterior em casos de irregularidades.

4. Atualização sobre o GT SisGen Academia

A coordenadora introduziu o tema do GT e solicitou atualização sobre o andamento de testes do novo SisGen. Foi relatado que houve demonstração e teste em ambiente controlado com grupo restrito e que, por limitações do ambiente de teste, não seria possível disponibilizar o acesso amplamente a todos ao mesmo tempo. Em seguida, discutiu-se a estratégia de ampliação gradual do acesso à plataforma de treino, incluindo a possibilidade de indicação de participantes pelas câmaras setoriais para testarem o sistema e consolidarem sugestões por meio de formulário desenvolvido para isso pela equipe do DPG, além de menções a grupos que teriam acesso (como membros de GT e perfis com maior atuação prática no preenchimento do sistema). Também se comentou sobre a possibilidade de realização/organização de testes com pesquisadores e a lógica de incorporar melhorias ao longo do processo, antes de avançar para etapas posteriores (incluindo testes em inglês no novo ambiente), reforçando que a validação e aprimoramento seriam progressivos.

5. Atualização sobre o GT Capacitação

A representante do MMA apresentou a atualização do GT Capacitação, contextualizando que a entrega de um curso EAD estruturado (em português) e de um módulo internacional (em inglês) está dependendo da forma de contratação/recontratação e à definição da plataforma que hospedará o conteúdo. Foi discutido que mudanças e limitações contratuais no âmbito do MMA influenciam a disponibilização do curso, motivo pelo qual foi mencionada, como alternativa para o módulo em inglês, a possibilidade de uso de plataforma parceira, enquanto a solução oficial não se consolida. Durante o

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 04/11/2025 (terça-feira)

Página 5 de 5

debate, a coordenação reforçou a urgência de disponibilização do material diante da recorrência de falhas por desconhecimento (implicando maior esforço de verificação e orientação), e a representante do MMA ponderou as restrições e prazos inerentes aos processos de contratação no serviço público. Também se registrou que, enquanto a capacitação oficial não é publicada, iniciativas de universidades e redes colaborativas têm contribuído para disseminar informação e apoiar a capacitação das comunidades usuárias.

6. Outros assuntos

Foi mencionado o convite ao INPI para apresentação sobre Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados, com registro de que a participação não ocorreu nesta reunião por indisponibilidade e que a pauta seria retomada em reunião futura.

A coordenadora também retomou o tema de texto-base relacionado a editais, mencionando a necessidade de acompanhamento e monitoramento pelo representante do MCTI, registrando a intenção de manter o assunto em pauta para não cair em esquecimento e de convidar novamente o representante da FINEP.

Na sequência, foi discutido o tema do credenciamento de coleções, com indicação de que a prioridade imediata seria a entrega do SisGen 3.0; ficou registrado o entendimento de que a demanda deveria ser retomada e pressionada como prioridade após a entrega do 3.0, e foi sugerido convidar a representante da SBPC do comitê gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios para detalhar a proposta de prêmio/edital relacionado a coleções, observando-se que a operacionalização depende do comitê responsável.

Por fim, foi apresentada proposta de calendário de reuniões ordinárias para 2026, condicionada à confirmação após deliberação do CGen, e a reunião foi encerrada com agradecimentos e reforço do compromisso de continuidade das discussões no ano seguinte.

Ações	Responsável	Prazo
Envio da apresentação do Mario Murakami	Mario Murakami	Março de 2026
Retomar a discussão sobre opções de repartição de benefícios não monetária junto aos Guardiões	Coordenadora CSA	Próxima reunião da CSA
Retorno/encaminhamento sobre o texto-base enviado (editais) e reportar atualização à CSA	Representante do MCTI	Próxima reunião da CSA
Retomar convite do representante do INPI para a apresentação sobre tratado de propriedade intelectual envolvendo PG+CTA	Coordenadora CSA	Próxima reunião da CSA
Convidar a Mercedes Bustamente (comitê gestor do FNRB) para explicar como o prêmio/edital das coleções será operacionalizado	Coordenadora CSA	Próxima reunião da CSA